

Joaquim de Paiva Muniz

CURSO BÁSICO DE DIREITO ARBITRAL

Teoria e Prática

4ª Edição

***Revista e Atualizada de Acordo com
o Novo Código de Processo Civil***

Curitiba
Juruá Editora
2017

Visite nossos sites na Internet
www.jurua.com.br e
www.editorialjurua.com
e-mail: editora@jurua.com.br

ISBN: 978-85-362-7179-8

JURUA
EDITORA

Brasil – Av. Munhoz da Rocha, 143 – Juvevê – Fone: (41) 4009-3900
Fax: (41) 3252-1311 – CEP: 80.030-475 – Curitiba – Paraná – Brasil

Europa – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Fone: (351) 223 710 600 –
Centro Comercial D'Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

Editor: José Ernani de Carvalho Pacheco

Muniz, Joaquim de Paiva.

M966 Curso básico de direito arbitral: teoria e prática./ Joaquim
de Paiva Muniz./ 4ª edição./ Curitiba: Juruá, 2017.
500p.

1. Arbitragem e sentença. 2. Processo civil. I. Título.

CDD 347 (22.ed.)

CDU 347.9

000210

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO À PRIMEIRA EDIÇÃO	19
INTRODUÇÃO À QUARTA EDIÇÃO	23
Capítulo 1 ASPECTOS GERAIS	25
1.1 CONCEITO E CARACTERÍSTICAS.....	25
1.2 HISTÓRICO.....	28
1.2.1 Origens.....	28
1.2.2 Anteprojeto de Lei de Arbitragem.....	31
1.2.3 A Lei de Arbitragem de 1996.....	32
1.2.4 Constitucionalidade da Lei de Arbitragem de 1996.....	34
1.2.5 Eficácia da Lei de Arbitragem para Contratos Celebrados Anteriormente.....	36
1.2.6 Código Civil de 2002.....	37
1.2.7 Novo Código de Processo Civil.....	38
1.2.8 Reforma da Lei de Arbitragem.....	41
1.2.9 Vetos à Reforma da Lei de Arbitragem.....	42
1.3 NATUREZA JURÍDICA DA ARBITRAGEM.....	43
Capítulo 2 ARBITRABILIDADE	47
2.1 ARBITRABILIDADE.....	47
2.2 ARBITRABILIDADE SUBJETIVA.....	47
2.3 ARBITRABILIDADE OBJETIVA.....	49
2.4 ARBITRABILIDADE E CONTRATOS DE AGÊNCIA E REPRESENTAÇÃO COMERCIAL.....	50
2.5 ARBITRABILIDADE E DIREITO DO TRABALHO.....	50
2.6 ARBITRAGEM EM DIREITO SOCIETÁRIO.....	52
2.7 ARBITRABILIDADE, DIREITO PÚBLICO E ENTES ESTATAIS.....	56
Capítulo 3 LEI APLICÁVEL	71

3.1	A POSSIBILIDADE DE LIVRE ESCOLHA DE REGRAS DE DIREITO.....	71
3.1.1	Controvérsia Sobre Escolha de Lei Estrangeira em Contratos Domésticos.....	74
3.1.2	A Questão da Lei se aplica, se o Contrato for Silente.....	75
3.1.3	Contratos sem Lei.....	76
3.2	A ORDEM PÚBLICA E QUAL O SEU PAPEL COMO BALIZADOR DA LIBERDADE DE ESCOLHA DE NORMA MATERIAL.....	76
3.3	EQUIDADE.....	82
3.4	PRINCÍPIOS GERAIS DE DIREITO, USOS E COSTUMES, REGRAS INTERNACIONAIS DE COMÉRCIO E <i>LEX MERCATORIA</i>	85
3.4.1	Princípios Gerais de Direito.....	86
3.4.2	Usos e Costumes.....	87
3.4.3	Regras Internacionais de Comércio.....	89
3.4.4	<i>Lex Mercatoria</i>	90
Capítulo 4	CONVENÇÃO DE ARBITRAGEM.....	93
4.1	ESPÉCIES DE CONVENÇÃO DE ARBITRAGEM.....	93
4.2	CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA.....	94
4.3	CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA EM RELAÇÕES DE CONSUMO.....	97
4.3.1	Arbitragem e Franquia.....	100
4.4	ARBITRAGEM INSTITUCIONAL E ARBITRAGEM <i>AD HOC</i>	101
4.5	ELEMENTOS DA CONVENÇÃO DE ARBITRAGEM. CLÁUSULAS COMPROMISSÓRIAS CHEIAS, VAZIAS E PATOLÓGICAS.....	103
4.6	AÇÃO DE EXECUÇÃO ESPECÍFICA DE CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA.....	106
4.7	NECESSIDADE DE AÇÃO DE EXECUÇÃO ESPECÍFICA, SE A CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA FOR CHEIA.....	109
4.8	AUTONOMIA DA CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA.....	110
4.9	COMPETÊNCIA DO ÁRBITRO PARA DECIDIR SOBRE A EXISTÊNCIA, VALIDADE OU EFICÁCIA DA CONVENÇÃO DE ARBITRAGEM (PRINCÍPIO DA COMPETÊNCIA-COMPETÊNCIA).....	111
4.9.1	Momento Processual para Alegar Existência de Convenção Arbitral.....	112

4.10 EFEITOS DA CESSÃO E SUB-ROGAÇÃO NA CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA	113
4.11 EFEITOS DE CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA A NÃO SIGNATÁRIOS	114
4.12 COMPROMISSO.....	116
4.13 REQUISITOS OBRIGATÓRIOS DO COMPROMISSO	117
4.14 REQUISITOS FACULTATIVOS DO COMPROMISSO	118
4.15 EXTINÇÃO DO COMPROMISSO.....	124
4.16 EFEITOS DA INSOLVÊNCIA NA CONVENÇÃO ARBITRAL	126
4.17 CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA EM TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL.....	129
Capítulo 5 ÁRBITROS	131
5.1 REQUISITOS E QUALIFICAÇÃO PARA SER ÁRBITRO	131
5.2 NÚMERO DE ÁRBITROS.....	132
5.3 PROCEDIMENTO DE ESCOLHA DE ÁRBITRO	133
5.4 PRESIDENTE, COÁRBITROS, SUPLENTE E SECRETÁRIO.....	134
5.5 HONORÁRIOS DOS ÁRBITROS	136
5.6 DEVERES DOS ÁRBITROS	137
5.6.1 Imparcialidade e Independência.....	137
5.6.2 Dever de Revelação	144
5.6.3 Competência	146
5.6.4 Diligência.....	146
5.6.5 Discrição	146
5.7 EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA	147
5.8 SUBSTITUIÇÃO DO ÁRBITRO.....	149
5.9 NATUREZA DA FUNÇÃO DE ÁRBITRO	150
5.10 RESPONSABILIDADE DOS ÁRBITROS	151
5.10.1 Responsabilidade Penal.....	151
5.10.2 Responsabilidade Civil	152
Capítulo 6 PROCEDIMENTO ARBITRAL.....	155
6.1 REGRAS PROCEDIMENTAIS	155
6.2 PRINCÍPIOS COGENTES	157
6.2.1 Contraditório.....	157

6.2.2	Igualdade das Partes.....	159
6.2.3	Imparcialidade e Livre Convencimento do Árbitro.....	160
6.3	CONFIDENCIALIDADE	161
6.3.1	Confidencialidade e Entes Públicos	164
6.3.2	Confidencialidade e Financiamento de Terceiros	165
6.4	REPRESENTAÇÃO DAS PARTES	165
6.4.1	<i>IBA Guidelines on Parties Representations in International Arbitrations</i>	166
6.4.2	Defensoria Pública	167
6.5	FASE POSTULATÓRIA	168
6.5.1	Fases do Processo.....	168
6.5.2	Requerimento de Arbitragem	168
6.5.3	Citação	170
6.5.4	Resposta ao Requerimento.....	171
6.5.5	Revelia	173
6.5.6	Reconvenção	174
6.5.7	Aditivos à Ação ou Reconvenção	176
6.5.8	Inclusão de Nova Parte.....	177
6.5.9	Petições Suplementares.....	178
6.5.10	Considerações Organizacionais Sobre Alegações Escritas	180
6.6	ARBITRAGENS ENVOLVENDO PLURALIDADE DE PARTES..	181
6.6.1	Litisconsórcio Necessário	181
6.6.2	Litisconsórcio Facultativo	182
6.6.3	Assistência e Intervenções de Terceiros.....	183
6.7	CONSOLIDAÇÃO DE ARBITRAGENS CONEXAS.....	185
6.7.1	Consolidação de Ações em Contratos Relacionados.....	186
6.8	INSTITUIÇÃO DA ARBITRAGEM.....	188
6.9	ARGUIÇÃO DE QUESTÕES RELATIVAS À JURISDIÇÃO OU AOS ÁRBITROS	189
6.10	O PRINCÍPIO DA “COMPETÊNCIA-COMPETÊNCIA” E AS LIMINARES ANTIARBITRAGEM	192
6.11	LIMINARES ANTIARBITRAGEM	194
6.12	TERMO DE ARBITRAGEM/ATA DE MISSÃO.....	197
6.13	CONCILIAÇÃO OBRIGATÓRIA DAS PARTES	204

6.14	MEDIDAS COERCITIVAS E TUTELAS DE URGÊNCIA DURANTE A ARBITRAGEM.....	205
6.14.1	Tutelas de Urgência e Medidas Coercitivas Antes da Instituição da Arbitragem	205
6.14.2	Tutela de Urgência ou Medida Coercitiva Após a Instituição da Arbitragem	209
6.14.3	Revisão pelo Árbitro de Tutela de Urgência ou Medida coercitiva Proferida pelo Poder Judiciário	212
6.14.4	Foro para Tutelas de Urgência e Medidas Coercitivas.....	214
6.14.5	Tutela de Evidência em Arbitragem	214
6.15	DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS	215
6.15.1	Mandado de Segurança contra Decisão Interlocutória.....	216
6.16	JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE	218
6.17	PRODUÇÃO DE PROVAS.....	218
6.17.1	Depoimento Pessoal da Parte e Prova Testemunhal	222
6.17.2	Exibição de Documentos e <i>Discovery</i>	225
6.17.3	Perícia	229
6.18	AUDIÊNCIA.....	233
6.18.1	Data da Audiência.....	233
6.18.2	Local da Audiência	234
6.18.3	Idioma da Audiência	235
6.18.4	Convocação de Representantes das Partes e Testemunhas para a Audiência.....	235
6.18.5	Presença das Partes e Testemunhas na Audiência.....	236
6.18.6	Procedimento da Audiência	237
6.18.7	Alegações Oraís	238
6.18.8	Inquirição de Testemunhas	239
6.18.8.1	Inquirição direta (<i>direct examination</i>)	239
6.18.8.2	Inquirição cruzada (<i>cross examination</i>).....	241
6.18.8.3	Reperguntas (<i>re-cross ou re-direct</i>).....	245
6.18.9	Ata e Transcrição da Audiência	245
6.18.10	Memoriais	246
6.19	ENCERRAMENTO DA INSTRUÇÃO.....	246
6.20	REPETIÇÃO DE PROVA EM CASO DE SUBSTITUIÇÃO DE ÁRBITRO	247

Capítulo 7	SENTENÇA ARBITRAL.....	249
7.1	SENTENÇA ARBITRAL	249
7.2	PRAZO PARA PROLAÇÃO DA SENTENÇA ARBITRAL	249
7.3	REQUISITOS FORMAIS	251
7.4	DECISÃO MAJORITÁRIA.....	254
7.5	SUSPENSÃO DA ARBITRAGEM PARA DECIDIR QUESTÃO PREJUDICIAL NÃO ARBITRÁVEL.....	255
7.6	RESPONSABILIDADE POR HONORÁRIOS E CUSTAS	256
7.7	SENTENÇA HOMOLOGATÓRIA DE TRANSAÇÃO	259
7.8	CIENTIFICAÇÃO DAS PARTES.....	261
7.9	EFEITOS DA SENTENÇA ARBITRAL.....	261
7.10	EMBARGOS ARBITRAIS.....	264
7.11	AÇÃO ANULATÓRIA	267
7.11.1	Vício da Convenção Arbitral	270
7.11.2	Incompetência ou Falta de Jurisdição do Árbitro.....	270
7.11.3	Vícios Formais da Sentença Arbitral	272
7.11.4	Sentença <i>Extra Petita</i> e <i>Ultra Petita</i>	272
7.11.5	Sentença que não Decidir Todo o Litígio e Sentença Parcial..	273
7.11.6	Sentença Proferida com Prevaricação, Concussão ou Corrupção Passiva.....	277
7.11.7	Sentença Proferida Fora do Prazo	278
7.11.8	Desrespeito aos Princípios do Contraditório, da Igualdade das Partes, da Imparcialidade dos Árbitros e do seu Livre Convencimento	278
7.11.9	Procedimento para Ação Anulatória	280
7.12	IMPUGNAÇÃO DE SENTENÇA	282
Capítulo 8	RECONHECIMENTO E EXECUÇÃO DE SENTENÇA ESTRANGEIRA	285
8.1	A NACIONALIDADE DA SENTENÇA ARBITRAL.....	285
8.2	RECONHECIMENTO E EXECUÇÃO DE SENTENÇA ARBITRAL ESTRANGEIRA	287
8.3	A CONVENÇÃO DE NOVA IORQUE: PRINCIPAL REGRA SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE SENTENÇA ARBITRAL ESTRANGEIRA	289

8.3.1	Suposta não Obrigatoriedade da Homologação em Vista da Convenção de Nova Iorque.....	293
8.4	HIPÓTESES DE DENEGAÇÃO DE RECONHECIMENTO.....	294
8.4.1	Incapacidade da Parte.....	296
8.4.2	Invalidade da Convenção de Arbitragem.....	296
8.4.3	Ausência de Citação e Outras Violações à Ampla Defesa.....	298
8.4.4	Sentença <i>Extra</i> ou <i>Ultra Petita</i>	299
8.4.5	Nomeação de Árbitros e Condução do Processo em Desconformidade com a Convenção de Arbitragem.....	301
8.4.6	Sentença ainda não Obrigatória, Anulada ou Suspensa.....	303
8.4.7	Sentença sobre Matéria não Arbitrável.....	305
8.4.8	Ofensa à Ordem Pública.....	305
	8.4.8.1 Decisão não fundamentada.....	308
	8.4.8.2 Citação da parte como questão de ordem pública.....	309
	8.4.8.3 Litispendência e coisa julgada.....	310
8.5	PROCEDIMENTO DE HOMOLOGAÇÃO.....	311
REFERÊNCIAS	317
ANEXOS	327
	Anexo I – MELHORES PRÁTICAS EM METODOLOGIAS DE ARGUMENTAÇÃO EM ARBITRAGEM.....	329
	Anexo II – CASO SIMULADO E EXERCÍCIOS.....	338
	Anexo III – LEGISLAÇÃO.....	449
ÍNDICE ALFABÉTICO	485